

## **Censura, controle informacional e bibliotecas durante a Ditadura Militar no Brasil: políticas de repressão e impactos nos acervos**

**Jorge Eduardo de Almeida Pereira dos Santos<sup>1</sup>**

**Larissa Felipe Ferreira<sup>2</sup>**

**Priscila Stephanie dos Santos Ormundo<sup>3</sup>**

### **Resumo**

Este estudo examina as engrenagens de controle informacional estruturadas durante a Ditadura Militar no Brasil e seus desdobramentos sobre bibliotecas públicas e universitárias. Sustentado na articulação entre espionagem, polícia política, censura e propaganda, o regime consolidou um modelo de vigilância que alcançou o circuito editorial, os processos de desenvolvimento de coleções e a própria mediação bibliográfica. Instrumentos como o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei nº 1.077 redefiniram os limites do publicável e instituíram a censura prévia como prática administrativa. Analisa-se o expurgo de acervos, a institucionalização da autocensura nas aquisições, a destruição física de obras e as estratégias de salvaguarda — notadamente os chamados “cofres” — mobilizadas por bibliotecários. Argumenta-se que a Ciência da Informação ocupa posição estratégica na preservação da memória documental e na garantia do direito à verdade, especialmente em contextos de justiça de transição.

**Palavras chaves:** Censura; Ditadura; Biblioteca; Memórias.

### **Introdução**

#### **Contexto político e o papel social das bibliotecas**

Entre 1964 e 1985, o Brasil experimentou um regime de exceção cuja lógica de poder não se limitou à repressão física de opositores. O controle da informação converteu-se em política de Estado. O golpe que depôs João Goulart instaurou uma racionalidade governamental amparada na Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual a circulação de ideias deveria ser permanentemente monitorada em nome da estabilidade e do desenvolvimento.

A repressão foi multifacetada. Como observa Carlos Fico, o aparato não constituía um bloco homogêneo, mas um conjunto de sistemas especializados que operavam de

---

<sup>1</sup> Universidade Santo Amaro

<sup>2,3</sup> Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

forma articulada — espionagem, informação estratégica, censura e propaganda. Essa engrenagem redefiniu o estatuto da palavra pública e submeteu livros, periódicos e produções intelectuais a regimes de vigilância contínua.

Nesse ambiente, as bibliotecas deixaram de ser apenas espaços de custódia e difusão do conhecimento. Tornaram-se zonas sensíveis. O que estava em jogo não era exclusivamente o conteúdo dos livros, mas a própria arquitetura da mediação informacional: políticas de aquisição, critérios de seleção, organização temática, acesso e circulação. A biblioteca, tradicionalmente associada à liberdade intelectual, passou a operar sob suspeita.

O Ato Institucional nº 5, de 1968, radicalizou o quadro ao suspender garantias constitucionais e ampliar o poder discricionário do Executivo. Pouco depois, o Decreto-Lei nº 1.077 formalizou a censura prévia a publicações consideradas atentatórias à moral ou à segurança nacional. A figura do censor foi incorporada à rotina editorial; a interdição, normalizada como procedimento administrativo. A intervenção estatal deixou de ser episódica para tornar-se estrutural.

A repercussão desse arcabouço jurídico nas bibliotecas foi imediata. Nas universidades, centros de produção científica e debate político, os acervos passaram a ser monitorados por órgãos de informação. A simples presença de determinadas obras podia motivar apreensões. Em bibliotecas públicas, a atuação do Instituto Nacional do Livro intensificou a centralização da seleção bibliográfica, deslocando a autonomia técnica do bibliotecário para um modelo de dirigismo cultural alinhado à ideologia oficial.

O impacto, contudo, não se restringiu ao confisco material. A censura operou também por antecipação. O medo de represálias induziu práticas de autocontenção na formação de coleções. Listas de aquisição eram examinadas, nomes próprios tornavam-se indícios de risco, cores de capa podiam ser interpretadas como sinais de subversão. A mediação bibliográfica passou a incluir o cálculo da ameaça.

Essa dinâmica produz efeitos que ultrapassam o período autoritário. A exclusão deliberada de títulos, o expurgo e a destruição física de exemplares geraram lacunas na memória documental. Bibliotecas — instituições cuja função social inclui a preservação da pluralidade — foram compelidas a colaborar, resistir ou silenciar. O resultado foi um campo de tensões éticas raramente explorado pela historiografia tradicional da repressão.

Este trabalho examina, portanto, de que modo a máquina censória penetrou o cotidiano das bibliotecas brasileiras, interferindo nos processos de desenvolvimento de coleções, organização do conhecimento e acesso à informação. Sustenta-se que o controle informacional constituiu dimensão estruturante do projeto autoritário, afetando não apenas o presente da leitura, mas o futuro da memória.

A produção historiográfica sobre a Ditadura Militar no Brasil consolidou-se nas últimas décadas como campo vigoroso de investigação. Pesquisas voltadas para a repressão política, os sistemas de informação e o aparato de segurança revelaram a complexidade institucional do regime. Trabalhos de Carlos Fico demonstraram que o sistema repressivo não se limitava aos “porões”, mas integrava uma rede especializada de espionagem, censura e propaganda.

No âmbito cultural, investigações sobre imprensa alternativa, teatro e música popular evidenciaram o papel da censura prévia como instrumento de disciplinamento social. A literatura histórica tem enfatizado o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), as listas de obras proibidas e o controle exercido sobre editoras.

Entretanto, quando se observa o campo das bibliotecas, percebe-se relativa marginalização do tema. A instituição biblioteca aparece, muitas vezes, como cenário secundário — raramente como objeto central de análise. Essa lacuna é significativa. Se o regime atuou para controlar o que poderia ser publicado, igualmente precisava controlar onde e como esses materiais seriam armazenados, descritos e disponibilizados.

A ausência de estudos sistemáticos sobre desenvolvimento de coleções durante o período autoritário indica um ponto cego na historiografia. Pouco se investigou, por exemplo, de que maneira as políticas de aquisição foram impactadas por critérios ideológicos ou como o medo institucional produziu autocensura técnica.

Ao articular História Cultural e Ciência da Informação, esta pesquisa busca preencher tal lacuna. Parte-se do pressuposto de que a biblioteca não é espaço neutro, mas campo de poder. O catálogo é documento político; a classificação, gesto interpretativo; a exclusão, ato de memória.

Assim, inserir as bibliotecas no debate historiográfico sobre a ditadura implica ampliar o escopo da análise repressiva para além da violência física, incorporando as dimensões simbólicas e documentais do autoritarismo.

## Referencial Teórico

### Os quatro pilares da máquina repressiva

Para compreender o controle informacional em bibliotecas, é preciso analisar o sistema quadrangular que sustentou a ditadura: espionagem, polícia política, censura e propaganda. Carlos Fico descreve esse aparato como um sistema reinventado pelo regime, onde cada braço possuía funções especializadas:

O aparato repressivo da ditadura militar [...] reinventou [estruturas], criando estruturas que seriam copiadas até mesmo fora do Brasil, como se deu com o sistema de segurança. [...] Seus variados e numerosos integrantes tinham funções muito especializadas, e aqueles setores que praticavam a tortura e o assassinato

político estavam bastante cingidos aos DOIs e aos Dops. Cada um dos sistemas (Sissegin, Sisni, censura, CGI e propaganda política) obedecia a parâmetros próprios e tinha sua esfera de ação particular. Fico (2003, p.197).

O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o epicentro da espionagem, centralizando prontuários de cidadãos e monitorando o que o regime chamava de "ameaça comunista internacional". Enquanto isso, a propaganda, gerida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), buscava "ensinar o Brasil ao povo brasileiro", promovendo modelos culturais que deveriam ser copiados e silenciando dissidências através do ufanismo.

### O Marco Jurídico do Arbítrio: AI-5 e Decreto-Lei 1.077

A institucionalização do silêncio teve dois pilares legais fundamentais. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, foi o instrumento de terror que permitiu ao presidente suspender garantias constitucionais, decretar o recesso do Congresso e intervir em universidades. O Artigo 10 do AI-5 foi particularmente devastador para a liberdade intelectual:

"Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular".

Complementando a repressão, o Decreto-Lei nº 1.077/1970 formalizou a censura prévia a livros e periódicos. Este dispositivo "legalizava o ilegalizável", conferindo ao Ministério da Justiça a prerrogativa de verificar "matéria infringente à moral e aos bons costumes" antes da divulgação, transformando o censor em um editor compulsório do que a sociedade poderia ler.

### Memória, esquecimento e a Ciência da Informação

Entende-se que a memória é criada em meio a tensões sócio ideológicas, e mantida ainda neste meio (Bosi, 2003; Gondar, 2008); quando se trata de memória social de um país, diretamente ligada à educação e formação cultural de um povo, o acesso à documentos faz-se de grande importância, uma vez que a escrita e o registro material permitem a transição da memória viva para a memória social institucionalizada (Gondar, 2008).

Considerando os livros e documentos como "objetos culturais" e "operadores de memória social" (Davallon, 1999), a Ciência da Informação (CI) investiga como a memória da ditadura é preservada ou apagada. A memória é um "território em constante disputa simbólica", onde versões oficiais tentam silenciar as narrativas das vítimas. Logo, o

silenciamento destes objetos históricos produz o apagamento de momentos e movimentos sociais, vivenciados durante o período de censura (Orlandi, 1999).

O processo histórico-político silenciador produz rupturas na memória social e na interpretação histórico-dialética de conceitos vivenciados no período, como por exemplo, o esvaziamento do sentido de liberdade (Orlandi, 1999). A CI atua como ponte entre o passado e o futuro, garantindo a organização e o acesso a documentos que comprovam violações de direitos humanos. O acesso pleno a esses acervos é condição indispensável para prevenir a repetição de práticas autoritárias e viabilizar a criação de novos significados para o passado (Gondar, 2008; Orlandi, 1999).

## Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios, pautada na interseção entre a Historiografia Política e a Ciência da Informação. O desenho metodológico fundamenta-se na análise documental e bibliográfica para compreender o controle informacional como uma dimensão estruturante do regime militar brasileiro.

Para a operacionalização do estudo, o processo investigativo foi dividido em três frentes complementares:

### Levantamento e seleção de fontes

A coleta de dados concentrou-se em dois tipos principais de registros:

- **Fontes Primárias (Jurídicas e Administrativas):** Análise do arcabouço legal que deu suporte à censura, especificamente o Ato Institucional nº 5 (1968) e o Decreto-Lei nº 1.077 (1970), além de documentos administrativos como os "Autos de Incineração" e instruções sigilosas da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).
- **Fontes Secundárias (Historiográficas e Técnicas):** Revisão de literatura especializada que aborda o papel do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Instituto Nacional do Livro (INL), além de estudos de caso específicos sobre as bibliotecas da Universidade de Brasília (UnB), USP e UFRGS.

### Categorização analítica

A análise dos dados seguiu uma abordagem histórico-dialética, buscando identificar as tensões entre a norma estatal e as práticas profissionais. O material foi organizado em eixos temáticos que refletem a dualidade da repressão:

- **Mecanismos de Supressão Física:** O expurgo de acervos e a biblioclastia instituci-

onal.

- **Mecanismos de Controle Simbólico:** A escolarização das bibliotecas e o dirigismo cultural promovido pelo INL.
- **Respostas Institucionais:** O dilema ético dos profissionais, variando entre a autocensura por sobrevivência e a resistência técnica (exemplo dos "cofres").

### Procedimentos de análise

Adotou-se a Análise de Conteúdo para interpretar os discursos presentes nos relatórios da época e nos depoimentos de sujeitos coletivos da classe bibliotecária. Esta técnica permitiu contrastar a neutralidade técnica alegada pelo regime com a realidade política da censura prévia e da vigilância institucional. Por fim, os resultados foram discutidos sob a ótica da Justiça de Transição, avaliando como o passado autoritário ressoa na responsabilidade ética atual dos curadores da memória.

## Desenvolvimento

### Bibliotecas universitárias: entre confiscos e o "cofre"

Durante a Ditadura Militar, as universidades federais foram estigmatizadas como redutos de "subversão", tornando suas bibliotecas alvos prioritários de um controle que beirava a paranoia cromática. Na Universidade de Brasília (UnB) e na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, por exemplo, agentes do DOPS chegavam a apreender obras baseando-se apenas na cor da capa; exemplares vermelhos eram sumariamente associados ao comunismo, independentemente do seu conteúdo teórico ou literário.

Diante desse cenário de vulnerabilidade física dos acervos, os bibliotecários desenvolveram táticas de resistência passiva. A mais emblemática foi a criação de "cofres" ou caixas-fortes. Como detalha Raphael Greenhalgh (2021), o cofre da Biblioteca Central da UnB (BCE) funcionava como um espaço de suspensão: os profissionais retiravam seletivamente das estantes públicas obras de autores como Marx, Lenin, Trotsky e Mao Tsé-Tung, ocultando-as em áreas de acesso restrito ou até em vãos estruturais do prédio.

### O Mecanismo do ocultamento e a ética da preservação

Essa prática revelava um dilema ético profundo. Embora o ocultamento impedisse o acesso imediato dos alunos à leitura — assemelhando-se, na prática, a uma forma de censura institucional —, a motivação primária era a salvaguarda patrimonial. O raciocínio dos bibliotecários era pragmático e visionário: *"Vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta"*. Se as obras permanecessem expostas, seriam inevitavelmente confiscadas e destruídas em batidas policiais; guardadas no cofre, elas so-

breviviam ao regime.

A eficácia dessa estratégia confirmou-se em 1986, com a redemocratização. Mais de 60 itens "subversivos" retornaram ao acervo público da UnB, incluindo desde o *Diário de Che Guevara na Bolívia* até materiais iconográficos, como medalhas e o *Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung, que haviam sido interceptados pelo correio décadas antes.

### A violência psicológica e a autocensura

Contudo, a repressão não se limitava ao confisco de livros já existentes. Ela operava de forma insidiosa através da autocensura nas aquisições. Na USP e em outras instituições, o clima de medo era alimentado pelo fato de que as listas de compra de livros precisavam ser assinadas e, frequentemente, eram enviadas para análise dos órgãos de informação do regime.

O receio de represálias profissionais ou prisões políticas fez com que muitos bibliotecários evitassem solicitar títulos de autores considerados "perigosos". Assim, a censura na ditadura agiu em duas frentes: na extirpação do que já estava na estante (o expurgo) e no bloqueio preventivo do que poderia chegar (a autocensura), criando lacunas bibliográficas que, em muitos casos, levaram décadas para ser preenchidas.

### A biblioteca pública sob o dirigismo estatal: do pluralismo à doutrinação

Enquanto nas universidades a repressão militar focava no expurgo e no silenciamento, nas bibliotecas públicas a estratégia foi de reconfiguração identitária. Sob a tutela do Instituto Nacional do Livro (INL), essas instituições sofreram uma mudança drástica em sua missão social: deixaram de ser centros de difusão cultural pluralista para se tornarem apêndices do sistema escolar e veículos de propaganda oficial.

O INL, especialmente após a fusão com o Sistema Nacional de Bibliotecas em 1968, assumiu o papel de braço executor do controle cultural. Sua atuação baseou-se em dois pilares centrais: a escolarização dos acervos e a centralização da seleção bibliográfica.

### A escolarização e o esvaziamento crítico

A partir de 1970, o Instituto promoveu uma política que reduzia a biblioteca pública a um mero suporte ao ensino formal. Esse movimento resultou na substituição de acervos diversificados por livros didáticos, transformando espaços de leitura livre em depósitos de manuais escolares.

Essa "escolarização" facilitava o projeto de doutrinação ideológica, uma vez que as estantes passaram a ser inundadas por materiais da disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSP). Sob o lema "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", a biblioteca tornou-se o

local de propagação do nacionalismo ufanista, onde temas considerados sensíveis — como racismo, sexualidade e diversidade religiosa — eram sumariamente interditados. Conforme relata o "sujeito coletivo" de profissionais da época:

"[...] o acervo era muito voltado para OSPB [...]. Se falou em sexualidade tá proibido, se falou em racismo que tem no Brasil, tá proibido... em religião então, nem pensar". (Bilhar e Oliveira, 2020, p. 59)

### O dirigismo estatal e a exclusão do bibliotecário

O controle exercido pelo INL manifestava-se através de uma seleção centralizada do que o Estado considerava uma "leitura culturalmente adequada". Nesse modelo de dirigismo estatal, o bibliotecário local era destituído de sua autonomia técnica; ele deixava de atuar como mediador da informação para ser um mero receptor de remessas enviadas pelo governo.

Essa política garantia que apenas discursos alinhados à Doutrina de Segurança Nacional chegassem ao cidadão comum. Ao padronizar o que deveria ser lido, o regime buscou anular o pensamento crítico e oferecer "modelos culturais para a sociedade copiar", eliminando qualquer vestígio de pluralidade informacional.

Em suma, o papel do INL durante o regime militar foi o de converter a biblioteca pública em um instrumento de vigilância institucional. Ao atuar em conjunto com o aparato repressivo, o Instituto não apenas restringiu o acesso à informação, mas tentou moldar a subjetividade da população brasileira através de um acervo vigiado, transformando a biblioteca em um suporte logístico para a manutenção do regime.

### A atuação do censor e o "Lápis Vermelho"

O aparato de censura era personificado pelos técnicos do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Profissionais como Coriolano Fagundes e Solange Hernandez (conhecida como "Solange Tesourinha") operavam com diretrizes sigilosas que proibiam notícias sobre greves, movimentos estudantis e críticas ao sistema de censura.

A instrução era riscar com "lápis vermelho" o que não poderia ser dito. Instruções de 1970 aos delegados da PF listavam oito pontos de proibição, incluindo notícias que causassem "animosidade contra o governo" ou que versassem sobre "movimentos operários" e "problemas religiosos" que criassem conflitos.

### O extermínio do acervo: autos de incineração

Se nas bibliotecas universitárias o controle era muitas vezes preventivo ou oculto, no âmbito da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), a repressão atingiu

sua face mais destrutiva: a eliminação física do objeto livro. Este processo era formalizado por meio dos Autos de Incineração, documentos que registravam a destruição de materiais considerados subversivos ou atentatórios à moralidade pública.

### A logística da destruição: o "Fahrenheit 451" brasileiro

Em uma ironia histórica que remete à distopia *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, o regime utilizou o Corpo de Bombeiros para executar o descarte de materiais culturais. Em vez de combater chamas, esses agentes foram mobilizados para alimentar incineradores com o patrimônio intelectual sob custódia do Estado.

A justificativa burocrática para tais atos era o "descarte de excesso de estoque", amparado pelo Decreto-Lei nº 1.077/1970, que previa a incineração de materiais proibidos. Episódios documentados em Brasília (1973 e 1977) revelam a escala dessa destruição. Em uma única operação, foram queimados:

- **Livros:** Títulos apreendidos por despacho do Ministério da Justiça, incluindo 204 exemplares de *O Último Tango em Paris*.
- **Revistas:** Cerca de 3.960 exemplares da edição nº 15 da revista *Veja* (dezembro de 1968) e outros milhares de títulos periódicos.
- **Discos:** 6.968 fonogramas destruídos por serem considerados contrários aos "bons costumes".

Essa logística de apagamento estendia-se a outros órgãos, como os incineradores da Comlurb no Rio de Janeiro e os do Aeroporto Internacional de Brasília, configurando uma rede nacional de destruição física da informação.

Embora o foco oficial do Decreto-Lei nº 1.077 fosse a preservação da "moral e dos bons costumes", ele serviu como uma extensão do aparato político. A censura operou em duas frentes principais:

- **A censura moral:** Alvo de destruição sistemática, obras como *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e os livretos poéticos de Nicolas Behr foram rotulados como pornográficos para justificar sua apreensão. A lista de obras destruídas incluía desde títulos de apelo erótico popular até clássicos da literatura que desafiavam o conservadorismo da época.
- **A repressão política e a ignorância dos agentes:** Embora temas técnicos e filosóficos fossem isentos de censura prévia pela Instrução nº 1-70, o regime utilizava a Lei de Segurança Nacional para confiscar obras de Marx, Lenin, Mao Tsé-Tung e Che Guevara. A paranoia era tamanha que a censura muitas vezes operava pelo signo visual: obras como *Le Rouge et le Noir* (Stendhal) e *O Círculo Vermelho* (Conan Doyle) foram confiscadas simplesmente pelo título ou cor da capa sugerirem associações ao comunismo.

A impossibilidade prática de revisar todos os lançamentos editoriais — cerca de 10 mil títulos por ano na década de 70 — fez com que o governo dependesse de uma rede de denúncias e da vigilância ostensiva em livrarias e bibliotecas. O resultado foi um "apagamento institucionalizado": estima-se que apenas nas operações documentadas, mais de 6 mil livros tenham sido incinerados. Esse processo não apenas privou o público do acesso à informação, mas buscou higienizar a memória nacional, eliminando qualquer vestígio de produção intelectual que divergisse dos dogmas do Estado.

### O papel dos profissionais da informação: resistência e ética

O papel dos profissionais da informação durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi marcado por uma profunda tensão entre o “dever ético de democratização do acesso ao conhecimento” e a submissão coercitiva ao aparato repressivo do Estado. Bibliotecários, arquivistas e jornalistas atuaram em um cenário onde a informação era tratada como um instrumento de poder e disputa, exigindo desses profissionais posicionamentos que variaram entre a colaboração institucional e a resistência silenciosa.

Abaixo, detalham-se as principais dimensões da atuação desses profissionais sob a ótica da ética e da resistência:

### O profissional como agente político e social

A literatura no campo da Ciência da Informação defende que o bibliotecário não deve ser um técnico neutro, mas um “intelectual comprometido” com a luta contra as violações de justiça e liberdade. Durante o regime, no entanto, essa função social foi cercada pela “Doutrina de Segurança Nacional”, que transformou espaços de cultura em locais de vigilância.

- Protagonismo social: Profissionais conscientes de seu papel atuaram como mediadores culturais, buscando garantir que a biblioteca pública fosse uma instituição essencial para a defesa da democracia, apesar das restrições.
- Dilema ético: O bibliotecário enfrentou o desafio de conciliar a responsabilidade com a sociedade do passado, presente e futuro com a necessidade de sobrevivência sob leis que, embora "legais" na estrutura do regime, eram ilegítimas do ponto de vista democrático.

### Práticas de resistência nos acervos

A resistência profissional manifestou-se, muitas vezes, de forma pragmática e técnica para evitar o extermínio do patrimônio intelectual.

- O uso dos "Cofres": Em bibliotecas universitárias, como a da UnB, bibliotecários criaram estratégias de “salvaguarda estratégica”, retirando obras consideradas

subversivas (como as de Marx e Lenin) das estantes e escondendo-as em "caixas-fortes" ou seções de acesso restrito. O objetivo era preservar o material para que, no futuro, pudesse retornar ao público.

- Resistência na imprensa: Jornalistas e editores criaram a “imprensa de resistência” (ou alternativa), utilizando o fazer jornalístico como ferramenta de denúncia da violência estatal e da moral burguesa, operando frequentemente em precárias condições financeiras e sob risco de prisão.
- Estratégias de Linguagem: Para driblar a censura prévia, jornalistas publicavam receitas de bolo ou poemas no lugar de matérias vetadas, enquanto profissionais das artes usavam metáforas e alegorias para comunicar críticas sociais.

### Ética versus colaboracionismo: os "Cães de Guarda"

Um aspecto controverso da ética profissional no período foi a existência de jornalistas que atuaram como censores federais ou policiais.

- O pacto da responsabilidade: Muitos profissionais aceitaram ou foram submetidos a um "acordo de autocensura", onde a redação assumia a responsabilidade pelo que era impresso para evitar a presença física de um censor, o que resultava em uma “fraude intelectual intencional” para esconder a verdade.
- Autocensura nas bibliotecas: O medo de represálias gerava um clima de insegurança institucional, levando bibliotecários a evitar a aquisição de novos livros que pudessem ser vistos como perigosos, agindo contra o princípio da diversidade de pensamento.

### O "Silêncio Ensurdecedor" e a Polícia Institucional

O silêncio observado na classe bibliotecária entre 1967 e 1977 transcende a mera passividade; ele constitui um desdobramento direto do terrorismo de Estado institucionalizado. Em fóruns fundamentais, como os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia, a ausência de debates sobre a censura sinalizava o êxito de uma vigilância capilarizada. Essa "polícia institucional" operava ao transferir o controle externo para as hierarquias internas das bibliotecas, onde a gestão administrativa frequentemente exigia a revisão prévia de boletins e a supressão de críticas internas.

Esse ambiente de insegurança compeliu o profissional a um recuo técnico estratégico. Sob o pretexto da neutralidade científica, o bibliotecário buscou um anteparo contra represálias políticas, resultando em uma autocensura sistemática que moldou acervos segundo critérios de conveniência ideológica. Contudo, a historiografia contemporânea da área deve observar esse período não apenas como um hiato, mas como o ponto de partida para o debate sobre a justiça de transição.

Atualmente, a ética dos profissionais da informação está intrinsecamente vinculada ao dever de memória. Na condição de curadores e guardiões das violações de direitos humanos, bibliotecários e arquivistas assumem a responsabilidade estratégica de organizar e disponibilizar os registros da repressão — notadamente os fundos documentais do SNI e do DOPS. Essa atuação é um mecanismo de combate ao esquecimento institucionalizado, garantindo que o direito à verdade atue como salvaguarda contra novos estados de exceção.

Em última análise, a trajetória da categoria sob a ditadura civil-militar revela uma dicotomia de agências: enquanto setores da profissão operaram como engrenagens do controle ideológico, outros mobilizaram sua perícia técnica como forma de resistência, preservando nichos de pluralidade cultural que impediram o aniquilamento total do pensamento crítico durante o regime.

## Considerações Finais

A investigação sobre a trajetória das bibliotecas brasileiras durante a Ditadura Militar (1964-1985) revela que o controle informacional não foi um efeito colateral do regime, mas um projeto estruturante de poder. Através do entrelaçamento de mecanismos de espionagem, polícia política e propaganda, o Estado de exceção logrou converter instituições de salvaguarda do conhecimento em territórios de vigilância e silenciamento. A análise aqui apresentada demonstra que a repressão operou em uma pinça tática: por um lado, a “supressão física” e o expurgo — materializados nos “Autos de Incineração” e na biblioclastia institucionalizada — e, por outro, a substituição ideológica, especialmente visível na escolarização e doutrinação das bibliotecas públicas mediada pelo Instituto Nacional do Livro (INL).

O estudo evidencia que o impacto nos acervos ultrapassou a perda material de títulos. A institucionalização da censura prévia pelo Decreto-Lei nº 1.077/1970 e o clima de terror instaurado pelo AI-5 promoveram uma profunda “violência psicológica”, consolidando a autocensura como prática de sobrevivência entre bibliotecários. No entanto, é fundamental destacar o papel da resistência profissional. A criação de “cofres” e estratégias de ocultamento na UnB e em outras universidades federais prova que, mesmo sob coerção, o bibliotecário atuou como um intelectual comprometido, utilizando sua perícia técnica para garantir que o patrimônio intelectual sobrevivesse ao arbítrio. O retorno de mais de 60 obras censuradas ao acervo público após 1986 é o testemunho material do êxito dessa resistência passiva.

A superação desse silêncio histórico constitui atualmente um imperativo ético para a Ciência da Informação no âmbito da justiça de transição. Ao transitar da figura do técnico neutro para a de um intelectual comprometido, o bibliotecário assume a função de curador da verdade. Nessa perspectiva, os arquivos da repressão originários de órgãos como o SNI e o DOPS são convertidos em instrumentos de combate ao esqueci-

mento institucionalizado. Essa mudança de paradigma redefine a identidade profissional, pois a organização e o acesso pleno a documentos sensíveis garantem que a biblioteca atue como um pilar fundamental na preservação da memória e na consolidação do Estado Democrático de Direito

Por fim, este trabalho reafirma que a Ciência da Informação não é um campo tecnicamente neutro, mas uma disciplina intrinsecamente ligada à “Justiça de Transição”. A memória da repressão — das listas de livros “perigosos” à fumaça dos incineradores operados pelos bombeiros — deve ser preservada não apenas como registro histórico, mas como um imperativo ético. Compete aos profissionais da informação contemporâneos o papel de curadores da verdade, garantindo que os arquivos da repressão permaneçam abertos e acessíveis. Somente através do combate ao esquecimento institucionalizado e da garantia do acesso plural à informação será possível blindar as bibliotecas contra futuras tentativas de dirigismo estatal, assegurando que estas instituições permaneçam como pilares inegociáveis do Estado Democrático de Direito.

## Referências

1. ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
2. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.
3. BILHAR, Ana Carla; OLIVEIRA, Ana Claudia P. de. **O passado é uma "roupa que não nos serve mais"**: as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da Ditadura Militar. (TCC), UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218642>. Acesso em: 22 fev. 2026.
4. BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
5. BRASIL, Bruno L. S. Imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil (1964-1988): caracterização e historiografia. **Ars Historica**. v. 27, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/67599>. Acesso em: 28 fev. 2026.
6. BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/06/Ato-Institucional-5-de-13-de-dezembro-de-1968.compressed.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.
7. BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2026.
8. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves

- (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167–203. Disponível em: [https://presencial.moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?forceview=1&id=332604&utm\\_source=chatgpt.com](https://presencial.moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?forceview=1&id=332604&utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 25 fev. 2026.
9. GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n.13, 2008. Disponível em: Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em: 04 mar. 2026.
  10. GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.pbcib.com/pbcib/article/view/58210>. Acesso em: 2 mar. 2026.
  11. HORTENCIO, Amanda Dameto; ZAFALON, Zaira Regina. A presença da ditadura militar no Brasil no campo das Ciências da Informação. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–22, 2025. DOI: 10.62758/re.316. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/316>. Acesso em: 2 de março de 2026.
  12. JERONIMO, Vivian Maria Mota. **A censura a bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura militar (1964-1985): uma revisão bibliográfica**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Orientador: Edmir Perrotti. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003227452>. Acesso em: 25 fev. 2026.
  13. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001. 450 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. Orientador: Alcir Lenharo. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Resultado/Listar?guid=1772477998130>. Acesso em: 25 fev. 2026.
  14. MOURA, Elaine Monteiro Seidler de; KARPINSKI, Cezar. Memória e Ditadura Militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 235-257, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1381/1228>. Acesso em: 22 fev. 2026.